

# AGLOMERAÇÕES URBANAS, REDE DE CIDADES E DESCONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL<sup>1</sup>

Ralfo Matos<sup>2</sup>

Aglomeração urbana é um conceito de uso relativamente recente no Brasil. Reporta-se a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí a sua acepção mais eminentemente urbana, não rural. Todavia, em função da dimensão físico-territorial que lhe é subjacente, acaba por se diferir de ‘*aglomerado*’ urbano, conceito já incorporado pelo IBGE em seus últimos levantamentos censitários, e que se refere, inclusive, a assentamentos urbanos não localizados na sede municipal (cidade), portanto fora do perímetro urbano, em áreas legalmente definidas como rurais.

Por extensão, pode-se supor que os *aglomerados* urbanos ao se expandirem muito e ultrapassarem “certos limites e tamanhos”, conformariam uma outra unidade territorial, a *aglomeração urbana*. Esta, por sua vez, associa-se de perto ao termo metrópole, o qual, em sua acepção urbana moderna (disseminada no interior do planejamento urbano, enquanto área de conhecimento) nos remete a existência de uma área urbana relativamente extensa abrangendo mais de um município, a “região metropolitana”<sup>3</sup>. Esta categoria espacial pressupõe a existência de uma cidade principal que organiza, econômica e funcionalmente, localidades periféricas próximas. Em conseqüência deve surgir uma densa rede urbana onde se instalam atividades industriais, comerciais e de serviço, concentrando capital, força de trabalho e poder político.

---

<sup>1</sup> *Esse trabalho, parte de uma pesquisa maior apoiada pelo CNPq, contou com a colaboração dos bolsistas Lidiana Lana e Bruno Miranda.*

<sup>2</sup> *Professor do Departamento de Geografia - IGC/UFMG, doutor em Demografia (CEDEPLAR/UFMG).*

<sup>3</sup> *Uma região metropolitana pode tanto abranger dezenas de municípios, como a de São Paulo, ou um número bem inferior como a de Belém. As regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Fortaleza e Belém foram instituídas pela Lei Complementar 14 de 1973. O Rio de Janeiro, tornou-se pouco depois, a nona região. Atualmente reconhece-se a existência de mais áreas metropolitanas, havendo, inclusive diferenciações entre as chamadas regiões metropolitanas de 1ª e 2ª ordem. É importante ressaltar que a definição original de região metropolitana evoca a constituição de municípios de uma mesma comunidade sócio-econômica, visando a realização de serviços comuns, os serviços de interesse metropolitano que deveriam ser enfrentados a partir de uma perspectiva regional; daí a necessidade de um planejamento supramunicipal. À propósito das insuficiências jurídicas e limitações operacionais da aplicação dessa nova figura no Brasil, ver entre outros, Pessoa (1981) e Silva (1981).*

A questão de o espaço ultrapassar uma certa dimensão, atingindo um outro âmbito, o da região, é ponto suscetível de controvérsias, porquanto não há consenso sobre qual deve ser o tamanho (mínimo ou máximo) desse espaço, o que o torna relativamente impreciso. Para contornar parcialmente tais dificuldades vem sendo adotado pelo IBGE o conceito “*aglomerações urbanas*”, que embora semelhante ao de região metropolitana, serve para designar outros espaços urbanos, situados em nível sub-metropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conurbação<sup>4</sup>.

Na verdade, ainda nos anos 70, DAVIDOVICH E LIMA (1975) identificaram no país a existência de estruturas espaciais experimentando um intenso processo de urbanização, onde, progressivamente, se concentrava a população. Distinguiram “*uma hierarquia de áreas urbanas compreendendo aglomerações resultantes da expansão de uma cidade central; aglomerações por processo de conurbação; aglomerações de cidades geminadas; aglomerações sem espaço urbanizado contínuo*”.<sup>5</sup>

O trabalho das autoras tornou-se referência para estudos subsequentes que se debruçaram sobre o mesmo tema, principalmente no que se refere à primeira das três distinções conceituais, a que aponta o processo de conurbação em espaços urbanizados contínuos.

### **ALGUMAS DAS CLASSIFICAÇÕES ESPACIAIS EM USO**

Em 1988 o IBGE publicou seus INDICADORES SOCIAIS *para regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e municípios com mais de 100 mil habitantes* (IBGE, 1988), utilizando-se inclusive do trabalho sobre *aglomerações urbanas* de DAVIDOVICH e LIMA. Nesse trabalho, cristalizava-se também o recurso metodológico de comparar, dentro de uma região metropolitana, os dados populacionais

---

<sup>4</sup> *Impressionado com o crescimento de Londres e de outras cidades inglesas em fins do século passado, P. Geddes cunhou a expressão conurbação ao referir-se à “necessidade de pesquisa em cidades menores e em grupos urbanos (onde surgem) cidades industriais e cidades ligando-se a grandes regiões urbanas, ‘conurbações’, o que requer um imenso levantamento.” (Geddes, 1994:46).*

<sup>5</sup> *Nesse trabalho as autoras utilizaram alguns critérios classificatórios que vieram caracterizar as áreas urbanas estudadas. Reportam-se essencialmente às variáveis focalizando a População Economicamente Ativa (PEA), tais como, a estrutura etária, nível de renda, instrução, migração e saneamento básico (dados domiciliares). Como resultado geral, além das nove regiões metropolitanas, o trabalho apontou a existência de outras 23 aglomerações urbanas abaixo do nível metropolitano que envolviam os centros urbanos de Goiânia, Brasília, Santos, Campinas, Vitória, João Pessoa, São Luís, Natal, Teresina, Florianópolis, Sorocaba, Jundiá, Aracaju, Barra Mansa-Volta Redonda, S. José dos Campos, Guaratinguetá, Taubaté, Ipatinga, Americana, Petrolina-Juazeiro, Itabuna-Ilheus, Pelotas-Rio Grande,*

relativos ao “núcleo” (geralmente circunscrito aos limites municipais do município principal da região) confrontados com a “periferia” desse núcleo.

À mesma época, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano elaborou o documento intitulado “*Evolução da rede urbana no Brasil no período 1970-1980*”, estudo que mostrava a existência, fora do âmbito das regiões metropolitanas, de 27 “aglomerações urbanas”.

Pouco tempo depois, entre 1991/92, uma nova classificação espacial seria implementada pelo IBGE, a das microrregiões brasileiras. Utilizando-se de fundamentos conceituais que se reportam à relações de dominação e interdependência dentro de espaços estruturados e hierarquizados, guardando portanto certa similaridade com as “aglomerações urbanas”, esta classificação veio substituir as Microrregiões Homogêneas de 1968.

Tais espaços são definidos na tentativa de incorporar as mudanças sócio-espaciais que foram se acumulando no país e as inovações teórico-metodológicas que se difundiam no interior da Ciência Geográfica. Talvez por isso mesmo receberam o nome de Microrregiões e Mesorregiões Geográficas.

Para essa nova classificação foi considerado determinante o processo social, não obstante a importância do quadro natural e da rede de comunicação e de lugares. Por esta razão foram selecionados dois indicadores chaves relativos à estrutura da produção e à interação espacial, aspectos estes que são também fundamentais para a identificação das “*aglomerações urbanas*”, conforme sugerem nossos grifos no texto original do IBGE (1992).

*O primeiro implica na análise da estrutura da produção primária ... estrutura da **produção industrial de cada centro** (VTI e pessoal ocupado) ... o indicador de interação espacial fica por conta da **área de influência dos centros sub-regionais** e centros de zona, enquanto elementos de articulação dos processos de coleta, beneficiamento e expedição de produtos rurais, de distribuição de bens e serviços ao campo e a outras cidades ... para nominar as microrregiões considerou-se a denominação do município mais tradicional ou antigo que tenha tido expressão na articulação do espaço.*

Com o avanço das mudanças territoriais e a complexidade dos novos processos de produção e reestruturação do espaço econômico-geográfico surgiu a necessidade de atualizar conceitos e estudos sobre a rede urbana brasileira.

O último estudo completo tratando do tema veio a público em 1999, resultado de esforço conjunto do IPEA, IBGE, e NESUR/IE/UNICAMP, no qual atualizaram as informações relativas às aglomerações urbanas do país, avançando no entendimento das tendências que vieram redesenhar a rede urbana nos últimos 30 anos.

Dessa forma, as “aglomerações urbanas”, em termos estatísticos, passam a ser constituídas por grandes centros urbanos, enfatizando particularmente os municípios centrais e periféricos das áreas metropolitanas. Os critérios que orientaram a identificação desses espaços, inspirados na experiência internacional, procuram privilegiar as características demográficas e os elementos de estruturação e integração que perpassam tais áreas.

Nesse estudo foram identificadas 49 aglomerações urbanas, distribuídas entre 12 áreas metropolitanas, 12 centros urbanos regionais, e 25 centros sub-regionais.<sup>6</sup>

*Estas 49 Aglomerações Urbanas abrigam um total de 73.380.310 habitantes, concentrando 60,39% da população urbana e 47,32% da população total do país, cabendo destacar que as aglomerações em nível metropolitano concentram 53.891.546 habitantes, correspondendo a 43,78% da população urbana e a 34,31% da população total do País. No caso das metrópoles globais, São Paulo e Rio de Janeiro, esta concentração é de 22,10% e 17,32% para a população urbana e total do país, respectivamente. Estes percentuais traduzem o peso do processo de metropolização ocorrido nas últimas décadas e a importância que as aglomerações urbanas adquiriram no cenário nacional (ver MOTTA e AJARA, 1999).*

As doze aglomerações metropolitanas aglutinavam 201 municípios que, em 1996, reuniam 33,6% da população brasileira (52,7 milhões de habitantes). As outras 37 aglomerações urbanas não metropolitanas agregavam 178 municípios, e 20 milhões de habitantes. No conjunto, as 49 aglomerações urbanas absorviam 379 municípios e concentravam 45% da população do país, ou 73,3 milhões de habitantes.

Para a elaboração desse estudo a equipe de trabalho procurou redefinir as metodologias e critérios de hierarquização da rede urbana que pudessem expressar as novas espacialidades criadas pela atividade produtiva. Estas últimas, mais heterogêneas, estariam envolvendo a emergência de novos núcleos urbanos, a mundialização de

---

<sup>6</sup> Para a identificação e classificação das aglomerações urbanas, foram utilizados, principalmente, os seguintes critérios: 1) Espaços Urbanos Contínuos (conurbação); 2) Tamanho da população (municípios com população em 1991 igual ou superior a 200.000 ou 150.000 habitantes). 3) Densidade - 60 habs/km quadrado; 4) 65% da PEA em atividades urbanas; 5) Crescimento - taxa de crescimento no período 1980/91, e ;6) Taxa de crescimento populacional dos municípios da periferia.

centralidades metropolitanas, a redinamização das fronteiras internas de recursos e os novos complexos rurais. Além disso, foi essencial produzir análises relativas ao tema “migração e redistribuição da população no espaço”, em decorrência dos sinais de alteração recente do chamado padrão migratório brasileiro.

### **A REDE URBANA EM EVOLUÇÃO**

As mudanças recentes que vêm reestruturando a rede urbana brasileira têm sido notáveis. Basta dizer que essa rede até 1950 ainda era muito incipiente em termos de número e tamanho de cidades. Se resumia, de um lado, ao eixo Rio-São Paulo, onde uma grande população residia nas duas grandes metrópoles e, de outro lado, um conjunto maior de cidades menores dispersas (até 5.000 habitantes), reunia uma grande massa de população. A rede urbana mais densa e dinâmica concentrava-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde as principais cidades com mais de 5.000 habitantes estavam interligadas por estradas.

Até 1950 a rede urbana brasileira era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleada em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores. Contudo, desde então sua evolução ganhou desenvoltura e complexidade, abrangendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos, em meio a uma expansão sem precedentes da malha viária, notadamente a partir da iminente instalação do setor automotivo no país no Governo JK.

MARTINE et al (1990) não deixa dúvidas sobre o dinamismo da urbanização nos anos 50 resultante das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e da impressionante contribuição das migrações internas de tipo campo-cidade. A modernização industrial, alguns dos resultados do Plano de Metas (como a expansão rodoviária e a construção de Brasília), o início da modernização agrícola junto a ocupação de novas fronteiras de recursos acompanhavam esse dinamismo.

A partir de fins dos anos 60 e década de 70, a expansão da economia brasileira e os próprios efeitos inerciais do crescimento demográfico (derivados da transição da mortalidade) favoreceram diretamente o surgimento de várias aglomerações urbanas,

fazendo expandir a rede urbana e delineando um processo consistente de interiorização do desenvolvimento.<sup>7</sup>

Entre 1960 e 1980 houve uma redução do ritmo de urbanização, de 5,2% ao ano entre 1960/70 para 4,4% na década de 70. Contudo, os estoques de população residente em áreas urbanas já eram muito expressivos em 1970. O ritmo de crescimento tenderia a declinar. Isso pode soar algo paradoxal, em face da afirmação anterior relativa à interiorização da urbanização brasileira. Entretanto deve-se ter em mente pelo menos três dimensões que acompanham o processo de dispersão populacional: a expansão da população urbana desde grandes cidades até periferias urbanas próximas; a expansão da urbanização em direção aos muitos núcleos urbanos que se formaram no país nas últimas décadas e, finalmente, a expansão decorrente da contribuição das migrações de tipo campo-cidade. Entre 1960 e 1980, do incremento de quase 50 milhões de pessoas nas áreas urbanas, a migração campo-cidade respondeu por cerca de 28 milhões de pessoas. O êxodo rural representou portanto algo próximo de 57% do crescimento urbano no período (MARTINE, et al, 1990).

De toda forma, até 1980 os indicadores de concentração da urbanização no Sudeste impressionavam e os sinais de alteração desse quadro se mostravam pouco plausíveis. FARIA (1983), observa que as 14 áreas urbanas que possuíam mais de 500 mil habitantes em 1980, localizavam-se no Sudeste e internalizavam cerca de 1/3 da população brasileira, testemunhando um perfil de desenvolvimento heterogêneo e desequilibrado. Note-se que em 1940 havia no país apenas três cidades com mais de 500 mil habitantes (Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador). O padrão de adensamento populacional do Sudeste mostrava-se semelhante ao de países desenvolvidos: população rural diminuta, em termos relativos, e forte presença de cidades com mais de 500 mil habitantes.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> CANO (1985), *estudando o movimento da indústria e a concentração regional entre 1930-1970*, mostrou o forte aumento da concentração em São Paulo, quando a “periferia” nacional também exibiu expansão industrial acelerada, embora a taxas bem inferiores às de São Paulo. Durante a chamada “industrialização restringida”, São Paulo determinou a expansão, em forma e ritmo, pela consolidação da indústria pesada mais diversificada e mais dinâmica do país. Na periferia, ainda faltavam os efeitos de encadeamento, e uma expansão consistente dos mercados internos, sobretudo no tocante a bens intermediários e de capital

<sup>8</sup> De outra parte, os dados pareciam indicar que algumas áreas do Norte e Centro Oeste viriam experimentar um processo similar ao do Sudeste, de concentração progressiva da população urbana em maiores cidades, como resultado da modernização agrícola em grandes propriedades (onde se mostra alta a taxa de mecanização), e de investimentos industriais localizados. Assim, em 1980, Belém e Manaus detinham 69% da população da Região Norte, enquanto Brasília e Goiânia respondiam por 55% da

Assim sendo, não causa surpresa a evolução do grau de urbanização no país entre 1940 e 1996. De 31,2% da população residindo em domicílios urbanos em 1940, para 44,7% em 1960; 67,6% em 1980; 75,6% em 1991 e 78,4% em 1996.<sup>9</sup> O ritmo de crescimento que esse indicador exprime claramente a aceleração do processo de urbanização nas décadas de 60 e 50. Dessa forma, não surpreende a constatação de que em 1970, os municípios com população superior a 100 mil habitantes chegavam a 70, enquanto em 1991, apenas 21 anos depois, esse número evoluiu para 185.

É indiscutível que boa parte a expansão da rede urbana nacional nas últimas décadas deriva dos efeitos multiplicadores de “espraiamento” originários da histórica concentração urbano-industrial<sup>10</sup> no Sudeste, onde, afinal, localizavam-se quase metade dos centros urbanos em 1980, entre os quais as três principais áreas metropolitanas.

O sistema de cidades pressupõe uma estrutura só aparentemente desorganizada. A hierarquia urbana e as relações de interação ao longo da rede são inerentes à estrutura dos serviços e bens que a urbanização produz. Com isso emergem três níveis de sistemas de localidades, como bem observa FAISSOL (1994, p. 150):

*a) um sistema urbano/metropolitano de grandes cidades, que atrai uma migração intensa, e que leva a operar em linha contrária à da maior eficiência que as economias de escala do tamanho fariam supor; b) um sistema de cidades médias, beneficiárias diretas dos transbordamentos metropolitanos, que amplia a capacidade do sistema espacial de crescer e se desenvolver, e que precisa fazer a ligação do sistema metropolitano com as hierarquias menores do sistema urbano, pois o seu segmento superior (as capitais regionais já fazem uma razoável ligação com o sistema metropolitano) praticamente atinge apenas o nível imediatamente abaixo, que é este nível intermediário; c) um sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade (e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade; elas existem por força de uma definição legal de cidade-sede de município) ... Em conjunto com os centros de zona ... farão a ligação com o sistema de cidades médias, de um lado, e com a economia rural de outro, assim integrando todo o sistema.*

---

*população do Centro Oeste. Discrepando destas, a região Sul, por seu turno, ostentando uma densa rede urbana mais antiga e equilibrada, exibiu um padrão de distribuição da população mais desconcentrado, em cidades intermediárias (ver MARTINE, 1991).*

<sup>9</sup> No Sudeste, evidentemente, tais números sempre se mostraram mais expressivos, por exemplo: 82,8% em 1980 e 88% em 1991.

<sup>10</sup> Sobre a afirmação industrial nas principais áreas urbanas do país, CASTRO (1976), destaca as cidades como receptáculo dos novos investimentos industriais concentradores de capital e mão-de-obra, a partir dos anos 30. A composição setorial destes investimentos privilegiaria a produção de bens intermediários e bens de consumo, dirigidos à classe média e segmentos de alta renda da população brasileira, crescentemente localizados em áreas urbanas. Nos anos 50 iniciar-se-ia um movimento de descentralização da infra-estrutura econômica, em decorrência do início da consolidação das “zonas de complementação” abrangendo áreas de estados como Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, áreas dotadas de recursos energéticos, matérias-primas e insumos básicos tais como o cimento, ferro gusa, carvão, a maioria deles orientados para o atendimento da indústria central paulista.

O espraiamento industrial supracitado contou, portanto, com o adensamento do sistema urbano brasileiro e os vínculos de interdependência e complementaridade entre cidades estratégicas postadas nas diferentes partes do sistema. Tais pontos, conferem lógica e sentido à rede, e tendem a sintetizar espacialmente o processo de mudanças estruturais de longa duração, emoldurando localizações alternativas para investimentos econômicos e permitindo o surgimento de novos papéis e distintos níveis de especialização econômica, passíveis de cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, pessoas e capitais, não necessariamente circunscritos a um perímetro definido no Sul-Sudeste, como propõe DINIZ (1993)<sup>11</sup>.

Nesse sentido, é mais provável que o sistema urbano brasileiro consolide seu desenho para formas híbridas diversas, entre as quais deverá ganhar nitidez a estrutura de “*eixos de desenvolvimento denso*”, até porque as metas constantes do *Programa Brasil em Ação*, ao privilegiar, para os próximos anos, novas oportunidades de investimentos públicos e privados nos chamados “*eixos nacionais de integração e desenvolvimento*”, certamente contribuirá para reforçar tendências atuais e consolidar a interiorização da rede de cidades.

Assim, não há como discordar da conclusão de MOTTA e AJARA (1999) quando entendem que “*os diversos tipos de articulação e integração espacial existente entre os centros urbanos, ao mesmo tempo que expressam sua inserção e o papel desempenhado na estrutura produtiva, refletem os diversos arranjos possíveis e engendram uma configuração espacial peculiar para cada segmento da rede urbana.*”

---

<sup>11</sup> O autor chegou, inclusive, a excluir o Rio de Janeiro do seu “*polígono de desenvolvimento industrial*” (privilegiando o arco Porto Alegre-São Paulo-Belo Horizonte), tese contrariada pela liderança carioca recente em termos de investimentos industriais, assumida pouco tempo após a publicação do artigo. Em outro trabalho, DINIZ e CROCCO (1996), quando procuram avaliar a reestruturação econômica e o novo mapa da indústria brasileira, concordam, de forma ainda relutante, que teria iniciado no país uma relativa dispersão geográfica em direção à maioria das regiões e estados, não obstante a possibilidade de uma reconcentração geográfica no centro-sul, em uma região que iria do Rio Grande do Sul até o Centro de Minas Gerais

## **DESCONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E REDE URBANA**

É provável que o processo de concentração econômica e demográfica tenha atingido seu ponto máximo em algum momento da década de 70. Evidências nesse sentido, pondo em destaque a redistribuição espacial da população e das atividades econômicas naquele período, como se prefigurassem uma quebra de tendência da concentração a favor de São Paulo, foram assinaladas em trabalhos como os de MARTINE e DINIZ (1989)<sup>12</sup>, AMARANTE e BONDIOLI (1987) e TOWNROE e KEEN (1984). Apesar das controvérsias sobre a generalização desse processo, como observaram AZZONI (1986), HADDAD (1989) e DINIZ (1993), dados recentes vêm se somando aos anteriores introduzindo mais consistência à tese da desconcentração econômica e demográfica.

Analisando a rede de cidades com os dados da década de 70, REDWOOD (1985) postulava a tese da desconcentração das principais áreas metropolitanas brasileiras a favor de áreas urbanas imediatamente próximas e cidades médias. O crescimento das áreas metropolitanas declinava, enquanto as cidades com população entre 100 e 500 mil habitante lideravam o processo de urbanização.

Minas Gerais, por exemplo, histórico fornecedor de população para São Paulo, acumulou um expressivo fluxo de imigração ao longo da década de 80, exibindo saldos migratórios favoráveis ao estado e uma alta migração de retorno. Aliás, desde a década de 70, a área metropolitana de Belo Horizonte também registrava a diminuição da participação relativa do município central enquanto se expandia a periferia metropolitana (ver RIGOTTI, 1999 e MATOS, 1994).

Na discussão sobre os fatores que atuaram na quebra do padrão concentrador em alguns países, vários autores chamam a atenção para a análise do perfil de desenvolvimento rural e urbano; para as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações; para a inserção tardia ou avançada na transição demográfica; e para os graus de desigualdade social e econômica. Por outro lado, em termos mais

---

<sup>12</sup> MARTINE E DINIZ (1989) demonstraram que, entre 1981 e 1988, a participação paulista na indústria de transformação evoluiu a taxas menores que a média nacional, situando-se abaixo de Minas Gerais e Sul do país. Além disso, declinara a presença paulista na agricultura e indústria (entre 1970 e 1980), ao passo que nas regiões periféricas, ampliava-se, em termos globais, o peso relativo no setor industrial. Posteriormente outros autores reuniram novas evidências confirmando a continuidade do processo, ainda que a um ritmo e velocidade discutíveis (ver a propósito NEGRI, 1996)

estritamente demográfico, uma evidência fundamental, que deve acompanhar o processo de desconcentração, refere-se a alteração consistente da trajetória dos fluxos migratórios. Movimentos de tipo campo-cidade perdem a primazia a favor de um padrão mais disperso de tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão. É evidente que boa parte dessas mudanças respondem à difusão de externalidades positivas na periferia, e novos fluxos migratórios podem se reorientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes em cidades secundárias, particularmente onde os custos de moradia e as oportunidades de emprego se mostrem favoráveis. Tais movimentos podem, inclusive, estar exprimindo uma tendência de expansão do mercado interno.

Embora seja ainda difícil mensurar as diversas causas que explicam a dispersão de atividades e população no espaço geográfico, tudo indica que os fatores que atuam na alteração do padrão concentrador, associam-se a um quadro de precariedades em expansão nas grandes metrópoles – que guarda relação com a expansão das deseconomias de aglomeração, carência de empregos e piora da qualidade de vida. Tais fatores resultam em constantes aumentos de valores imobiliários urbanos, déficit em serviços essenciais, expulsão e exclusão de força de trabalho, poluição e recrudescimento da violência urbana.

Em contrapartida, fora dessas áreas, vários centros intermediários habilitam-se como alternativa de geração de renda e emprego, porquanto se equiparam em termos de infra-estrutura e serviços, ampliaram sua participação no Produto Interno Nacional e acumularam indivisibilidades estratégicas resultantes da ação histórica do Estado, à época em que incentivava a produção descentralizada, especialmente nos segmentos industriais intensivos em recursos naturais e solo urbano. Nesse contexto, as cidades médias puderam então participar do desenvolvimento do sistema urbano brasileiro e do incremento e diversificação das atividades econômicas nos últimos decênios.

Todavia, do ponto de vista econômico e demográfico é difícil afirmar categoricamente sobre a ampla generalização de um processo dessa natureza. É bem provável que o país venha ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator chave.

De qualquer forma, mudanças importantes na distribuição espacial da população ocorreram nos últimos anos, sem se conhecer em detalhe, o seu verdadeiro alcance, ou se afinal estariam inaugurando um novo momento no processo de urbanização do país, em moldes mais equilibrados do que ocorrera em nosso passado recente. O item subsequente

busca introduzir alguma organização empírica em torno desta temática, arrolando dados censitários recentes relativos às principais localidades da rede urbana brasileira

## **O MAPA DA DESCONCENTRAÇÃO POPULACIONAL E A REDE URBANA EM EXPANSÃO**

Em 1998 a publicação do estudo de ANDRADE e SERRA trouxe uma avaliação do desempenho das cidades médias brasileiras no crescimento populacional urbano. Observam os autores, que em 1991 as 24 maiores cidades do país concentravam mais de um terço de toda a população urbana nacional, enquanto os municípios pequenos, com população inferior a 50 mil habitantes (93% dos total de cidades) participavam com 31,7%. Em posição intermediária a esses extremos apontaram a presença de 293 cidades, com populações entre 50 e 500 mil, que vinham representar mais de 1/3 da população urbana.

Da relação de 78 cidades assinaladas no estudo, consideradas médias, várias delas vinham experimentando um crescimento demográfico sustentado desde 1970. Alguns exemplos notáveis nesse sentido foram Maceió, Natal, Teresina, Campo Grande, João Pessoa, São José dos Campos, Uberlândia, Joinvile, Itabuna/Ilhéus, Campos dos Goytacazes, Sorocaba, Cuiabá, São José do Rio Preto, Caxias do Sul, Juazeiro/Petrolina, Vitória, Franca, Maringá, Montes Claros, Anápolis, Uberaba, Limeira, Mossoró, Santarém, Sete Lagoas e Criciúma.

O estudo, como se pode verificar, considera como cidades médias tanto capitais quanto aglomerações urbanas, várias das quais convivendo com forte expansão demográfica. Como o IPEA divulgou em 1999 outro estudo focalizando as aglomerações urbanas, conviria tentar estabelecer algum tipo de comparação entre os dois estudos, uma vez que ambos trazem informações sobre a rede urbana brasileira.

Os dados apresentados em seqüência procuram compatilizar as duas classificações ao relacionar as 49 aglomerações do estudo do IPEA, acrescidas das localidades (municípios) consideradas como cidades médias no estudo de ANDRADE e SERRA. Assim procedendo pode-se estabelecer algum tipo de exercício que permita verificar a existência de níveis de desconcentração relativa de localidades que participam da rede de cidades brasileira.

Trata-se de um conjunto de 94 áreas urbanas, no qual comparecem duas grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro), 47 aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas<sup>13</sup>, Manaus<sup>14</sup> e outros 44 municípios de porte médio. Os dados indicam que tais áreas urbanas incorporavam 49,5% da população brasileira em 1980, 52,3% em 1991 e 53,3% em 1996, exibindo portanto uma tendência de aumento da participação relativa.

As regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, embora detivessem um alto peso na população do país em 1980, em torno de 18,2%, vêm experimentando uma redução nessa participação, evoluindo para 17,5% em 1991 e 17,3% em 1996. Destarte, cabe ressaltar que o declínio relativo da metrópole carioca tem se mostrado bem mais enfático do que o da área metropolitana paulista.

O conjunto restante de áreas urbanas, excluídas as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio, é o que apresenta um aumento mais consistente da participação relativa sobre o total da população brasileira. Evoluiu de 31,4% em 1980 para 34,8% em 1991 e 36,0% em 1996. Tais evidências conferem com algumas das conclusões de outros estudiosos e estão a indicar que o país experimenta um processo de dispersão populacional apoiado em sua rede de cidades, embora de expressão ainda modesta.

Resta aferir melhor tais participações procurando medir o grau de variação relativa no período 1980/91/96, se positivo ou negativo, e indicar ao nível regional quais foram de fato as áreas urbanas que mais se destacaram no crescimento demográfico recente.

---

<sup>13</sup> Consideramos que a presença de tantas **aglomerações urbanas não metropolitanas** são formas de manifestação do processo de desconcentração/dispersão populacional, ou desconcentração concentrada como querem alguns. MOTTA e AJARA (1999) observam que nestas áreas a complexidade da rede urbana pode ser reconhecida por processos genericamente agrupados em dois grandes blocos: de um lado figuram as capitais e regiões de localização industrial tradicional, onde a queda da participação da produção industrial, aliada à redução do emprego público e do investimento dos governos estaduais, tende a aproximar o padrão de urbanização ao das grandes metrópoles nacionais; de outro lado figuram as áreas que têm sido privilegiadas pela nova localização industrial, as quais estão, em geral, inseridas em regiões de agricultura moderna, integrada em complexos agro-industriais. Beneficiaram-se, portanto, da renda gerada no setor agro-industrial e tiveram a possibilidade de internalizar várias atividades e equipamentos de maior complexidade, voltados para a população de poder aquisitivo acima da média. Esses fatos foram responsáveis pela geração de condições prévias para a atração de novos investimentos produtivos, o que tende a ampliar a face do padrão de urbanização articulada ao grande capital.

<sup>14</sup> Manaus teve de ser considerada apesar de não constituir uma “aglomeração urbana” nem ser propriamente uma cidade média. Todavia, possui uma grande população, e se o município fosse menor poderia já ter sido fracionado fazendo surgir a conurbação, inserindo-se pois na categoria “aglomeração”.

Os dados mostrados nas Tabelas 1 e 2 prestam-se a essa tarefa. Nelas, verifica-se a presença de duas categorias de espaços urbanos, o que denominamos<sup>15</sup> “*áreas históricas de concentração populacional*”, compreendendo as metrópoles de Salvador, Recife e, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo; e os “*centros de desconcentração populacional da rede urbana*”, aglutinando as demais regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre e Belém) e mais 85 áreas urbanas distribuídas entre 40 aglomerações urbanas, Manaus e 44 municípios de centros urbanos de porte médio.

A organização dos dados permite concluir que o Sudeste continua sendo a região que reúne a maior quantidade de centros urbanos (40) capazes de suportar o processo de desconcentração espacial; enquanto o Sul, e o Nordeste, comparecem em seguida, exibindo 21 e 20 centros urbanos, respectivamente. O Centro Oeste com suas cinco áreas urbanas e o Norte, com apenas quatro, participariam de uma espécie de periferia emergente no interior oeste-norte do país.

Examinando melhor o desempenho destes centros em termos de taxa média anual de crescimento no período 1980/91 pode-se destacar a presença de 51 localidades que apresentaram crescimento superior à média histórica brasileira (em torno de 2,5% a.a.). Com crescimento superior aos 3% ao ano, além das áreas metropolitanas de Fortaleza, Curitiba, Salvador e Belém, cabe destacar a presença de cinco áreas do Centro Oeste (Cuiabá, Campo Grande, Goiânia e Brasília), nove áreas do Nordeste (São Luís, Teresina, Maceió, Aracajú, Petrolina/Juazeiro, Natal, Ilhéus/Itabuna, João Pessoa, Feira de Santana); cinco no Sul (Itajaí, Criciúma, Joinville, Maringá e Florianópolis); e outras 11 no Sudeste (Franca, Uberlândia, Vitória, São José do Rio Preto, Campinas, Sorocaba, Sete Lagoas, São José dos Campos, Montes Claros, Bauru e Ribeirão Preto) e Manaus, com sua alta taxa de crescimento anual médio, 4,35%.

Desse conjunto de 35 áreas urbanas, 20 conseguiram sustentar um crescimento expressivo no período 1991/96, em níveis bem superiores à média brasileira (1,4% a.a.),

---

<sup>15</sup> Tais denominações procuram contemplar a totalidade da rede de cidades, observando, além do aspecto meramente quantitativo, as dimensões histórica e geográfica. Assim, não obstante o grau de primazia do país, relativamente pequeno em termos internacionais, as “áreas de concentração” abrangem expressivos espaços urbanos, bem posicionados no território brasileiro, ostentando grande importância demográfica, econômica e política nos últimos séculos, portanto dotadas de elevados níveis de centralidade. As áreas de desconcentração são de desenvolvimento posterior, localizam-se na hinterlândia do país, ou em pontos extremos da rede urbana (no litoral ou interior), sendo em sua maioria subordinadas às quatro aglomerações urbanas concentradoras.

a saber, Curitiba, Belém, Fortaleza, Porto Alegre, Itajaí, Petrolina/Juazeiro, Uberlândia, Brasília, Goiânia, Sete Lagoas, Joinville, São José do Rio Preto, São Luís, Franca, Manaus, Maceió, Maringá, Aracajú, Campo Grande e Sorocaba. Observe-se que nesse período apenas três aglomerações urbanas do estado de São Paulo figuram na relação.

A análise da participação relativa das 94 localidades em estudo (nas três datas) e o cálculo do “nível de variação” relativa dessa participação (Tabela 2), focalizando então todo o período 1980/96, permite a obtenção de um indicador de desconcentração demográfica. Com isto serão destacadas, afinal, as áreas urbanas que mantiveram uma participação crescente na rede urbana brasileira.

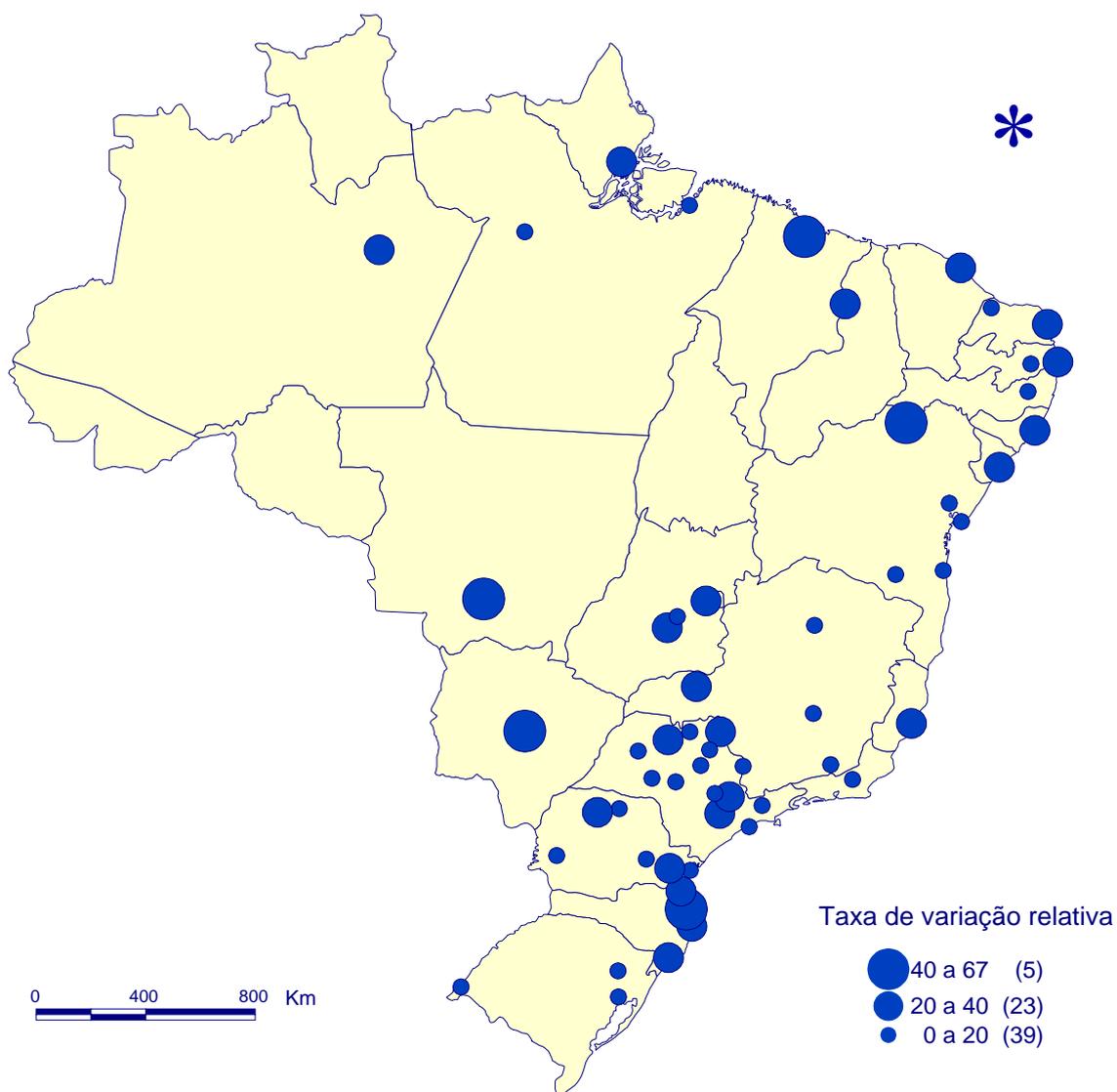
O mapa em seqüência apresenta 67 áreas urbanas que sustentaram uma participação positiva no período divididas em três classes: as que experimentaram os maiores aumentos percentuais, entre 40 a 67% (cinco), as que ampliaram sua participação entre 20 e 40% (23), e as com incremento menor na participação relativa, as demais 39 localidades.

A visualização da informação indica de forma clara as tendências de expansão da rede urbana. Nesse caso, desaparecem do mapa três dos grandes centros históricos de concentração, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, mantendo-se no entanto Salvador. Diga-se de passagem, que a grande maioria das aglomerações urbanas figuram no mapa, testemunhando sua importância enquanto núcleos de apoio ao processo de desconcentração populacional. As exceções, além de Recife, foram Itabira, Ipatinga, Guaratinguetá-Aparecida, Pelotas-Rio Grande e Volta Redonda-Barra Mansa.

Finalmente, vale assinalar, que se é notável a existência de uma densa rede urbana no estado de São Paulo, certamente em articulação intensa com áreas do Mato Grosso do Sul, Goiás e Triângulo Mineiro, constituindo alternativas à reorientação de investimentos econômicos que atraem pessoas e geram empregos, outras áreas urbanas distantes desse eixo também têm se destacado, a exemplo das que articulam a faixa litorânea nordestina com os centros médios do interior (nos quais a expansão demográfica mostra-se muito expressiva), além das aglomerações que se desenvolvem a partir do litoral sul do país, abrangendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Note-se, que dos 40 centros do Sudeste 13 tiveram redução de sua participação relativa no período, enquanto no Sul esse número chegou a sete (em 21) e no Nordeste apenas quatro, em 20.



## Áreas urbanas de maior participação relativa sobre a população total brasileira entre 1980 e 1996



## BIBLIOGRAFIA

- AMARANTE, Luis A., BONDIOLI, Paulo. **A apropriação regional da renda nacional no Brasil; 1975-85.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, revista da fundação SEADE, São Paulo, v.1, n.3, out/dez, 1987.
- ANDRADE, T.A e SERRA, RV. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro.** IPEA. (Texto para discussão 554). 1998
- AZZONI, Carlos R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil,** São Paulo, IPE/USP, 1986.
- CANO, Wilson. **UNICAMP 30 ANOS. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil.** São Paulo, Ouvidor, Unicamp, 1999.
- CASTRO, A. Barros de. **A industrialização descentralizada no Brasil.** In: \_\_\_\_\_, **7 ensaios sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro. Forense, 1975.
- CNDU/MDU (1985). **Evolução da Rede Urbana do Brasil Período 1970-1980.** Brasília.
- DAVIDOVICH, F. (1989). **“Tendência da urbanização no Brasil, uma análise espacial”.** IN: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ano 37, v. 51, n. 1, jan/mar, 1989.
- DAVIDOVICH, F. e LIMA, O.M. Buarque de (1975). **Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil.** REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, ano 37, n. 1, jan/mar, 1975.
- DINIZ, C.C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização.** Belo Horizonte, NOVA ECONOMIA (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). V.31. N.11. Set. 1993.
- DINIZ, C.C. e LEMOS, M.B. **Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil.** In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990. cap. 4, p. 61-199. v.3. População, emprego e desenvolvimento regional.
- DINIZ, CC. E CROCCO. **Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira.** NOVA ECONOMIA, Belo Horizonte, 1996, v6 n1.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade; a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo, Perspectiva, 1984.
- FAISSOL, S. **“O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro”.** IN: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA - IBGE, Rio de Janeiro, 1994.
- FAISSOL, Speridião. **Migrações internas no Brasil e suas consequências no crescimento urbano e desenvolvimento econômico.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.36, n.2, abr/jun. 1973.
- FARIA, Vilmar. **“Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos”.** In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- GEDDES, Patrick. **“Cidades em evolução”.** São Paulo, Papirus, 1994.
- GOLDSTEIN, Sidney. **Facets of redistribution; reseach challenges and opportunities.** **Demography,** Washington, v.13, n.4, nov, 1976.
- GREENWOOD, Michael. **Migrações internas nos Estados Unidos; uma revisão da literatura.** In: MOURA, A. M. (Coord). **Migração interna; textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.
- HADDAD, Paulo. **Economia Regional; teorias e métodos de análise.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- IBGE. **Indicadores Sociais; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100 000 habitantes.** MASSENA, R.M.Rosa. (org.). Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988.
- IBGE/MHU. **Regiões de Influência das Cidades.** Rio de Janeiro. 1987.
- IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro. 1992.
- IPEA. Relatório Final do Estudo **“Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”.** Brasília.1999
- KATZMAN, Martin T. **Urbanização no Brasil a partir de 1945.** In: BACHA, E., KLEIN, H. S. **A transição incompleta; Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LOPES, J.R. **Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil”.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- MARTINE, G. et al. **“A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas”.** In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.
- MARTINE, G., DINIZ, C.C. **Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historiacal patterns.**Liege: IUSSP, 1989, mimeo.

- MATOS, R.E.S. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. CEDEPLAR (tese de doutorado), 1995.
- MOTTA, Diana M. e AJARA, Cesar. “**Rede urbana brasileira-hierarquia das cidades**”. Curso de Gestão Urbana e de Cidade EG/FJP-WBI-PBH-ESAF-IPEA, ago, 1999
- NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas SP, Editora da Unicamp, 1996.
- PESSOA, Álvaro (coord). **Direito do urbanismo; uma visão sócio-jurídica**. Rio de Janeiro, Instituto de Administração Municipal, 1981.
- REDWOOD III, John. **Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo**. Revista latinoamericana de estudios urbanos regionales, Santiago: v. 11, n.32, dez. 1984.
- RIGOTTI, J.I. “**Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de minas gerais e são paulo**”..Belo Horizonte, MG, CEDEPLAR/UFMG, (Tese de doutorado), 1999.
- SERRA, R.V. “**Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias**”. IN: CNPD – I e II Concurso Nacional de Monografias sobre População e Desenvolvimento, Brasília, 1999.
- SILVA, J.A. “**Direito urbanístico brasileiro**”. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1981
- TOWNROE, P. M. e KEEN, D. **Polarization reversal in the state of São Paulo**. *Regional Studies*, v. 18, p. 45-54, 1984.

**Tabela 1**  
**População total das aglomerações urbanas e municípios intermediários**  
**Brasil - 1980/96**

Áreas Tipo	Aglomerações urbanas e Municípios intermediários	1980	1991	1996	Taxa de Crescimento	
					1980/91	1991/96
<b>Áreas Históricas de Concentração Populacional</b>						
	São Paulo	12630258	15511236	16666986	1.89	1.45
	Rio de Janeiro	9056184	10135166	10532384	1.03	0.77
	Salvador-Agl	1835801	2565370	2776217	3.09	1.59
	Recife-Agl	2534780	3085161	3258388	1.80	1.10
<b>Centros de Desconcentração Populacional da Rede Urbana</b>						
<b>Demais Regiões Metropolitanas</b>						
	Belo Horizonte-Agl	2633632	3467720	3829042	2.53	2.00
	Fortaleza-Agl	1608197	2349729	2639180	3.51	2.35
	Curitiba-Agl	1427782	1984349	2348559	3.04	3.43
	Porto Alegre-Agl	2314091	3066420	3291680	2.59	1.43
	Belém-Agl	1041488	1447251	1628741	3.04	2.39
<b>Demais Aglomerações e centros médios</b>						
	Brasília-Agl	1337419	1980432	2368069	3.63	3.64
	Campinas-Agl	1221151	1778821	1992157	3.48	2.29
	Goiânia-Agl	810487	1204565	1416942	3.67	3.30
	Santos-Agl	961243	1220249	1309263	2.19	1.42
	Vitória-Agl	706244	1064919	1182354	3.80	2.11
	Manaus	633392	1011501	1157357	4,35	2,73
	São José dos Campos-Agl	711529	1008897	1088597	3.23	1.53
	São Luís-Agl	498958	820137	941431	4.62	2.80
	Natal-Agl	554223	826208	921491	3.70	2.21
	Sorocaba-Agl	541298	782405	889538	3.41	2.60
	Maceió-Agl	456091	702731	803869	4.01	2.73
	Londrina-Agl	569092	712934	775850	2.07	1.71
	Teresina-Agl	452170	706711	773901	4.14	1.83
	João Pessoa-Agl	476066	698556	773847	3.55	2.07
	Aracajú-Agl	363551	563827	643435	4.07	2.68
	Ribeirão Preto-Agl	425103	594941	640715	3.10	1.49
	Volta Redonda/B. Mansa-Agl	514290	597259	637142	1.37	1.30
	Cuiabá-Agl	286227	564771	626756	6.37	2.10
	Campo Grande	291777	526126	600069	5.51	2.66
	Joinville-Agl	329471	493957	570403	3.75	2.92
	Caxias do Sul-Agl	369918	492505	554403	2.64	2.40
	Florianópolis-Agl	335166	497376	543528	3.65	1.79
	Pelotas/Rio Grande-Agl	387224	463522	485923	1.65	0.95
	Jundiaí-Agl	335029	437978	462497	2.47	1.10
	Feira de Santana	291504	406447	450487	3.07	2.08
	Uberlândia	240961	367061	438986	3.90	3.64
	Blumenau-Agl	283616	388250	433108	2.90	2.21
	Ilhéus/Itabuna-Agl	275657	409027	425848	3.65	0.81
	Juiz de Fora	307525	385996	424479	2.09	1.92
	Campos dos Goytacazes	348461	389109	389547	1.01	0.02
	Limeira-Agl	260763	346013	383737	2.60	2.09
	Maringá-Agl	222569	333095	380527	3.73	2.70
	São José do Rio Preto-Agl	219742	328764	378328	3.73	2.85
	Petrolina/Juazeiro-Agl	198696	304173	376555	3.95	4.36
	Ipatinga-Agl	289250	342524	372366	1.55	1.68
	Araraquara/São Carlos-Agl	247657	324952	352083	2.50	1.62
	Campina Grande	247820	326307	344730	2.53	1.10

Juazeiro do Norte/Crato-Agl	247250	302515	328240	1.85	1.65
Cascavel-Agl	212980	287869	317391	2.78	1.97
Criciúma-Agl	195094	286157	317025	3.54	2.07
Piracicaba	214295	283833	302886	2.59	1.31
Bauru	186664	261112	292566	3.10	2.30
Itajaí-Agl	150884	233272	291252	4.04	4.54
Montes Claros	177308	250062	271608	3.17	1.67
Cabo Frio-Agl	158296	214279	268602	2.79	4.62
Franca	148997	233098	267235	4.15	2.77
Anápolis	180015	239378	264975	2.62	2.05
Santarém	191950	265062	263468	2.98	-0.12
Guaratinguetá/Aparecida-Agl	206498	246426	261962	1.62	1.23
Moji-Guaçu/Moji-Mirim-Agl	172126	228793	258748	2.62	2.49
Ponta Grossa	186647	233984	256302	2.08	1.84
Araçatuba-Agl	180200	234682	254736	2.43	1.65
Caruaru-Agl	181148	228604	250444	2.14	1.84
Vitória da Conquista	170624	225091	242155	2.55	1.47
Uberaba	199203	211824	237433	0.56	2.31
Santa Maria	181579	217592	233351	1.66	1.41
Governador Valadares	196115	230524	231242	1.48	0.06
Macapá	137451	179441	220962	2.45	4.25
Taubaté	169265	206965	220230	1.84	1.25
Mossoró	145989	192267	205822	2.53	1.37
Marília	121774	161149	177632	2.58	1.97
Presidente Prudente	136846	165484	177367	1.74	1.40
Divinópolis	117330	151462	171565	2.35	2.52
Nova Friburgo	123370	167081	169246	2.80	0.26
Sete Lagoas	100628	144014	167340	3.31	3.05
Itabira-Agl	129227	154540	167038	1.64	1.57
Jequié	116968	144772	165345	1.96	2.69
Passo fundo	121156	147318	156333	1.79	1.19
Rio Claro	110212	138243	153389	2.08	2.10
Cachoeiro do Itapemerim	123699	143449	150359	1.36	0.95
Lages	155293	151235	148860	-0.24	-0.32
Sobral	118026	127489	138565	0.70	1.68
Teófilo Otoni	128827	140833	136044	0.81	-0.69
Parnaíba	102181	127929	131885	2.06	0.61
Teresópolis	98705	120709	125122	1.85	0.72
Paranaguá	81974	107675	124920	2.51	3.02
Uruguaiana	91497	117456	124881	2.30	1.23
Alagoinhas	102174	116894	122838	1.23	1.00
Poços de Caldas	86972	110123	121831	2.17	2.04
Bagé	100135	118967	115657	1.58	-0.56
Guaranhuns	87038	103341	110084	1.57	1.27
Barbacena	86388	99954	107810	1.33	1.52
Barretos	72769	95414	100646	2.49	1.07
Cachoeira do Sul	93338	89148	88612	-0.42	-0.12
Tubarão	75237	95062	83728	2.15	-2.51

Fontes: IPEA. Relatório Final do Estudo "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil". Brasília, 1999; ANDRADE, T.A e SERRA, R.V. IPEA. (texto para discussão 554), 1998; IBGE: Censos Demográficos.

**Tabela 2**  
**Variação da participação relativa das populações totais das áreas urbanas**  
**segundo a população total - Brasil: 1980-1991-1996**

Áreas Tipo	UF	Agglomerações urbanas e Municípios intermediários	Nível de Variação (%)	
			1980/91	1980/96
<b>Centros Históricos de Concentração Populacional</b>				
	SP	São Paulo – Agl	<b>-0.46</b>	<b>-0.03</b>
	RJ	Rio de Janeiro – Agl	<b>-9.29</b>	<b>-11.89</b>
	BA	Salvador-Agl	13.26	14.57
	PE	Recife-Agl	<b>-1.35</b>	<b>-2.61</b>
<b>Centros de Desconcentração Populacional da Rede Urbana</b>				
<b>Sudeste</b>				
	1 MG	Uberlândia	23.47	38.02
	2 SP	Franca	26.80	35.88
	3 SP	São José do Rio Preto-Agl	21.26	30.43
	4 RJ	Cabo Frio-Agl	9.71	28.55
	5 ES	Vitória-Agl	22.21	26.83
	6 MG	Sete Lagoas	16.00	25.98
	7 SP	Sorocaba-Agl	17.15	24.50
	8 SP	Campinas-Agl	18.06	23.59
	9 SP	Bauru	13.38	18.74
	10 MG	Montes Claros	14.31	16.05
	11 SP	São José dos Campos-Agl	14.92	15.91
	12 SP	Ribeirão Preto-Agl	13.43	14.18
	13 SP	Moji-Guaçu/Moji-Mirim-Agl	7.73	13.89
	14 SP	Limeira-Agl	7.55	11.49
	15 MG	Divinópolis	4.63	10.78
	16 SP	Marília	7.26	10.51
	17 MG	Belo Horizonte-Agl	6.72	10.15
	18 SP	Araraquara/São Carlos-Agl	6.35	7.70
	19 SP	Araçatuba-Agl	5.56	7.10
	20 SP	Piracicaba	7.35	7.08
	21 MG	Poços de Caldas	2.63	6.12
	22 SP	Rio Claro	1.66	5.44
	23 SP	Barretos	6.27	4.78
	24 SP	Jundiaí-Agl	5.96	4.58
	25 MG	Juiz de Fora	1.73	4.57
	26 RJ	Nova Friburgo	9.77	3.93
	27 SP	Santos-Agl	2.89	3.19
	28 SP	Taubaté	<b>-0.90</b>	<b>-1.43</b>
	29 SP	Presidente Prudente	<b>-1.99</b>	<b>-1.81</b>
	30 MG	Itabira-Agl	<b>-3.07</b>	<b>-2.07</b>
	31 MG	Ipatinga-Agl	<b>-4.02</b>	<b>-2.47</b>
	32 SP	Guaratinguetá/Aparecida-Agl	<b>-3.28</b>	<b>-3.89</b>
	33 RJ	Teresópolis	<b>-0.88</b>	<b>-3.96</b>
	34 MG	Barbacena	<b>-6.22</b>	<b>-5.45</b>
	35 RJ	Volta Redonda/Barra Mansa-Agl	<b>-5.87</b>	<b>-6.14</b>
	36 ES	Cachoeiro do Itapemirim	<b>-6.01</b>	<b>-7.91</b>
	37 MG	Uberaba	<b>-13.81</b>	<b>-9.70</b>
	38 MG	Governador Valadares	<b>-4.73</b>	<b>-10.67</b>
	39 RJ	Campos dos Goytacazes	<b>-9.50</b>	<b>-15.31</b>
	40 MG	Teófilo Otoni	<b>-11.40</b>	<b>-20.00</b>
<b>Sul</b>				
	1 SC	Itajaí-Agl	25.31	46.24
	2 SC	Joinville-Agl	21.51	31.16

3 PR	Maringá-Agl	21.30	29.53
4 PR	Curitiba-Agl	12.64	24.62
5 SC	Criciúma-Agl	18.88	23.11
6 SC	Florianópolis-Agl	20.28	22.86
7 SC	Blumenau-Agl	10.95	15.69
8 PR	Paranaguá	6.46	15.45
9 RS	Caxias do Sul-Agl	7.91	13.54
10 PR	Cascavel-Agl	9.55	12.90
11 RS	Porto Alegre-Agl	7.40	7.76
12 PR	Ponta Grossa	1.61	4.03
13 RS	Uruguaiana	4.05	3.40
14 PR	Londrina-Agl	1.54	3.28
15 RS	Passo fundo	-1.45	-2.24
16 RS	Santa Maria	-2.87	-2.64
17 RS	Pelotas/Rio Grande-Agl	-2.98	-4.93
18 RS	Bagé	-3.71	-12.50
19 SC	Tubarão	2.41	-15.69
20 SC	Lages	-21.07	-27.38
21 RS	Cachoeira do Sul	-22.59	-28.08
<b>Nordeste</b>			
1 PE/BA	Petrolina/Juazeiro-Agl	24.08	43.57
2 MA	São Luís-Agl	33.22	42.94
3 SE	Aracajú-Agl	25.70	34.08
4 AL	Maceió-Agl	24.88	33.53
5 PI	Teresina-Agl	26.68	29.66
6 RN	Natal-Agl	20.83	25.96
7 CE	Fortaleza-Agl	18.42	24.33
8 PB	João Pessoa-Agl	18.93	23.15
9 BA	Feira de Santana	13.01	17.08
10 BA	Ilhéus/Itabuna-Agl	20.26	17.04
11 BA	Vitória da Conquista	6.92	7.52
12 BA	Jequié	0.32	7.09
13 RN	Mossoró	6.74	6.81
14 PB	Campina Grande	6.72	5.39
15 PE	Caruaru-Agl	2.28	4.74
16 CE	Juazeiro do Norte/Crato-Agl	-0.83	0.58
17 PI	Parnaíba	1.47	-2.22
18 PE	Guaranhuns	-3.77	-4.18
19 BA	Alagoinhas	-7.27	-8.92
20 CE	Sobral	-12.45	-11.06
<b>Centro Oeste</b>			
1 MT	Cuiabá-Agl	59.93	65.89
2 MS	Campo Grande	46.15	55.81
3 DF	Brasília-Agl	20.02	34.14
4 GO	Goiânia-Agl	20.46	32.45
5 GO	Anápolis	7.78	11.52
<b>Norte</b>			
1 AM	Manaus	29,43	38,43
2 AP	Macapá	5.81	21.79
3 PA	Belém	12.63	18.48
4 PA	Santarém	11.92	3.99

Fontes: IPEA. Relatório Final do Estudo "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil". Brasília. 1999; ANDRADE, T.A e SERRA, RV. IPEA. (texto para discussão 554), 1998; IBGE: Censos Demográficos